

# Ética no Serviço Público - Turma 2024A

## 2.2 Ética e cidadania

As instituições sociais e políticas têm uma história. É impossível não reconhecer o seu desenvolvimento e o seu progresso em muitos aspectos, pelo menos do ponto de vista formal.

A escravidão era legal no Brasil até 120 anos atrás. As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar apenas há 64 anos e os analfabetos apenas há alguns anos atrás. Chamamos isso de ampliação da cidadania.

Existem direitos formais (civis, políticos e sociais) que nem sempre se realizam como direitos reais. A cidadania nem sempre é uma realidade efetiva e nem sempre é para todos. A efetivação da cidadania e a consciência coletiva dessa condição são indicadores do desenvolvimento moral e ético de uma sociedade.

Para a ética não basta que exista um elenco de princípios fundamentais e direitos definidos nas Constituições. O desafio ético para uma nação é o de universalizar os direitos reais, permitindo uma cidadania plena, cotidiana e ativa.

É preciso fundar a responsabilidade individual numa ética construída e instituída, tendo como foco o bem comum, visando à formação do sujeito ético. Desse modo será possível à síntese entre ética e cidadania, no qual possa prevalecer muito mais uma ética de princípios do que uma ética do dever. A responsabilidade individual deverá ser portadora de princípios e não de interesses particulares.

### Da cidadania

Ninguém nasce cidadão, mas torna-se cidadão pela educação.

Porque a educação atualiza a inclinação potencial e natural dos homens à vida comunitária ou social.

Cidadania é, nesse sentido, um processo. Processo que começou nos primórdios da humanidade e que se efetiva através do conhecimento e conquista dos direitos humanos, não como algo pronto, acabado; mas, como aquilo que se constrói.

Assim como a ética, a cidadania é hoje questão fundamental, quer na educação, quer na família e entidades, para o aperfeiçoamento de um modo de vida.

Não basta o desenvolvimento tecnológico, científico para que a vida fique melhor. É preciso uma boa e razoável convivência na comunidade política, para que os gestos e ações de cidadania possa estabelecer um viver harmônico, mais justo e menos sofrido.

## O exemplo de Betinho

Foi através do impeachment que ocorreu a luta pela redemocratização do Brasil. Foi através deste fato que os brasileiros passaram a entender que a democracia pode funcionar.

Dali surgiu o Movimento pela Ética na Política, tendo como princípio o fato da democracia não sobreviver sem ética. Este movimento começou sem muito poder, mas foi conseguindo mobilizar o apoio de entidades, de representantes da sociedade, de lideranças políticas, etc., ganhando a envergadura necessária para um salto democrático e cidadão.

Nasceu A Ação de Cidadania.

Nessa Ação de Cidadania, surgida da força social, apareceu uma nova ideia para a sociedade: combater a fome. Nela estava expressa a indignação frente à miséria, que é o maior crime moral que a sociedade pode cometer.

A Ação de Cidadania é uma ação da sociedade contra a fome. Porque a fome é a expressão mais imediata, mais urgente da miséria. É uma ação contra a miséria, porque ela é mais ampla e se manifesta de diferentes maneiras: na saúde, na educação, na falta de moradia, na falta de esgoto, etc. Dessa ação de cidadania surgiu, por exemplo, o Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que é a parte governamental da campanha, que foi presidida por dom Mauro Morelli.

Não é demais lembrar que nos anos 70, época da ditadura, existiram vários movimentos contra a mesma.

Naquela época, qualquer um da oposição que fosse capturado era torturado ou até mesmo morto. Mas tudo isso não impediu que os oposicionistas conseguissem seus direitos políticos e sociais de volta, pois alcançaram o fim da censura à imprensa, anistia e as eleições diretas.

Para Betinho, o grande impulsionador daquela Ação de Cidadania, o caminho para se mudar um país depende principalmente da sua cultura e de seus valores éticos. Ele julgava que a TV, de um modo geral, era antiética. Porque não conclamava os cidadãos para o, nem os educava nos valores fundamentais para a vida em comum. Então, ele nomeia e privilegia os princípios, os quais julgava mais essenciais para a participação política dos cidadãos: igualdade, solidariedade, diversidade para se formar uma sociedade democrática.

De forma que, uma comunidade política sem ética e cidadania está fadada não só ao autoritarismo, mas também, à prática da corrupção e artimanhas de favoritismo de toda espécie.

Por isto, tanto o apelo pela ética pensada na emergência do sujeito ético, e não simplesmente em códigos de ética; quanto, a necessidade de ações de cidadania, que busquem concretizar direitos são os modos mais eficazes e eficientes, nos dias de hoje, para que a comunidade política possa ser o lugar privilegiado da autonomia e auto realização dos indivíduos e da própria comunidade.

Depreende-se, então que se faz necessário ter uma consciência individual para que se possa ser responsável socialmente. Em outras palavras, a responsabilidade individual é que vai garantir uma ética, fundada em princípios e valores que norteiem o viver em comunidade.

Entretanto, não podemos pensar que é o sujeito moral imiscuído na sua individualidade, que irá fundar uma ética. Pois, neste caso, o que pode ser moral para um, pode não ser imoral para outro.

Faz-se necessário um salto do individual para o coletivo, do privado para o público, do particular para o universal. Mas, isto não quer dizer que se exija que sejamos Sócrates, Cristo, Ghandi, Buda; ou Tiradentes, Antônio Conselheiro, Zumbi. Podemos simplesmente fazer como alguns negros fizeram nos Estados Unidos. A lei os proibia de entrar em bares, eles entravam assim mesmo. Até que um dia aquela lei virou lixo.

Então, é preciso fundar a responsabilidade individual numa ética construída e instituída tendo em mira o bem comum, ou seja, visando a formação do sujeito ético, porque aí é possível a síntese entre ética e cidadania, no qual possa prevalecer muito mais uma ética de princípios, do que uma ética do dever. Ou seja, a responsabilidade individual deverá ser portadora de princípios e não de interesses particulares.

Somente assim, o sujeito ético norteará um novo modo de viver e um novo sentido ético, para que os humanos alcancem a felicidade terrena.

---

Este material foi baseado em:

ROCHA, Kátia Janine. **Ética no Setor Público**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná/Rede e-Tec, 2010.

Última atualização: sexta, 3 nov 2023, 09:20

◀ 2.1 Cidadania

Seguir para...

2.3 Componentes éticos da cidadania ►